



Institucionalidade política em rede: A Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

Network as a political institution: the “Rede de Educação do Semiárido Brasileiro”

*Lalita Kraus, pesquisadora Labespaço, IPPUR-UFRJ,
kraus.lalita@gmail.com*

RESUMO

O objeto apresentado neste trabalho é a ação sociopolítica de uma rede sociogovernamental: a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB. Isto possibilita abordar a rede como uma forma de resistência no território semiárido. A análise inclui a identificação dos elementos e das principais características, que definem a essência da rede enquanto institucionalidade política imanente, com o objetivo de articular a ação a rede, o conceito de imanência e suas consequências em termos de democracia. A pesquisa revelou que a ação da RESAB possibilita inúmeras inovações sociais, embora exista ainda um sistema de comunicação que impede uma plena horizontalidade. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa previu entrevistas, observações não participantes e a análise dos documentos produzidos pela RESAB.

Palavras Chave: rede; ação social; Semiárido.

ABSTRACT

The object of this paper focuses on the sociopolitical action of a socio-governmental network: the Education Network of the Brazilian Semi-Arid - RESAB. This allows to approach the network as a form of resistance in the semi-arid territory. The analysis includes the identification of the elements and the main characteristics that define the essence of the network as an immanent political institution, in order to articulate the action of the network, the concept of immanence and its consequences in terms of democracy. The research revealed that the action of RESAB causes social innovations, although there is still a communication system that prevents full horizontality. From a methodological point of view, the research predicted interviews, non-participant observations and the analysis of the RESAB documents and publications.

Keyword: network; social action; semiarid.

INTRODUÇÃO

A escolha de tal objeto é determinado pela constatação da crise contemporânea da democracia, que exige uma reconsideração do sistema político vigente, e pelo reconhecimento do valor ético e político das formas de resistência que os sujeitos desenvolvem para se contrapor ao poder instituído e reverter as formas de injustiça social. Acreditamos que na organização da ação social se encontrem as sementes de uma nova democracia e, por isso, o presente trabalho foca na ação sociopolítica da RESAB e nas possibilidades democráticas que tal ação proporciona.

O artigo irá explorar as características, objetivos e dinâmicas da RESAB, tendo como objetivo compreender a capacidade democrática da RESAB enquanto institucionalidade política em rede. O ponto de partida é a constatação de que a concepção moderna de democracia, fundada nos princípios de soberania e representatividade, não é capaz de garantir e satisfazer os interesses e as demandas das populações, pois privilegia os interesses privados e de grupo restritos.

É necessário fazer descer a democracia do céu dos princípios ideais para o terreno onde se chocam fortes interesses e difíceis condições de realização. As contradições e os vícios congênitos existem, e desvelar as imperfeições e as vulnerabilidades do projeto democrático é o primeiro passo para transformá-lo.

Acreditar na ação e resistência dos movimentos sociais significa reconhecer o valor político da imanência, em contraposição ao plano transcendental, que identifica a política com a ação dos órgãos governamentais. É no plano da imanência que podemos pensar relações políticas, que, superando a ideia de soberania e representatividade, tornam-se mais igualitárias, participativas e criativas.

Partindo desse cenário é possível identificar na ação sociopolítica da RESAB novas relações políticas, não fundadas na ideia de representatividade? De que forma se poderiam realizar essas novas relações e quais seriam os princípios fundadores? Ao longo do artigo, o raciocínio analítico articulará o conceito de imanência, rede e democracia.

1 A REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – RESAB

O objeto em questão é a ação sociopolítica da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB). Trata-se de uma articulação político-pedagógica, cujo objetivo é consolidar uma proposta de educação contextualizada nas escolas do Semiárido, assim como contribuir para a formulação de políticas públicas educacionais, orientadas pelos princípios da convivência com o Semiárido (RESAB, 2006; 2007; 2012).

A RESAB revela a rede como estratégia de ação coletiva, ou seja, como uma forma de organização da ação social (SCHERER-WARREN, 1999). A rede tem composição sociogovernamental, pois reúne atores governamentais, como universidades, secretarias municipais de educação e secretaria estaduais de educação, e não governamentais, como ongs, pastorais, sindicatos, igrejas e universidades. Por outro lado, pode tratar-se de indivíduos, assim como de instituições. Consequentemente, trata-se de atores que atuam em âmbitos diferenciados, desde a formação com pequenos agricultores até a defesa dos direitos humanos, passando pelo apoio à comunidade tradicional, entre outras. É uma complexidade que é mantida coesa pelo reconhecimento e perseguição de um objetivo comum compartilhado, isto é, a ECCSA. Esse é o elemento que une e costura as diferenças.

É possível compreender a complexidade da ação social em rede a partir da figura 1, que representa os principais membros da rede, divididos por estados. As cores dos nós se referem aos diferentes estados. A relação representada se refere à afiliação à rede, isto é, trata-se de todos os membros que pertencem à RESAB e que, portanto, compartilham um comum sentido.

Na RESAB podemos encontrar, por exemplo, indivíduos que representam instituições, assim como instituições; redes, como a Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semiárido - RECASA em Alagoas; movimentos sociais como o Movimento Sem Terra no Ceará; e a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC no Piauí. Isto revela um tipo de rede, que pode ser identificada como uma tipologia de rede de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2011). Isto é, uma rede social complexa que transcende organizações formalmente identificáveis, conectando sujeitos individuais e atores coletivos de forma simbólica, solidária e estratégica.

Trata-se, assim, de uma institucionalidade política complexa, que não pode ser medida segundo as estruturas e os valores políticos tradicionais, pois ultrapassa qualquer fronteira institucional e se funda numa interação que assume objetivos construídos coletivamente e compartilhados (MUSSO, 2013; EGLER, 2007). Apesar das diversidades e da complexidade, esses atores possuem um objetivo compartilhado, ou meta *societal* (CASTELLS, 2000), que é propor, implementar e consolidar nas escolas uma proposta de educação contextualizada para a convivência com o Semiárido (ECCSA) e contribuir para a formulação de políticas públicas educacionais (MARTINS, 2005). Isto constitui o conteúdo social de sua ação.

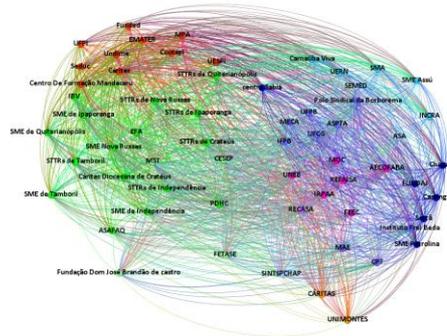
Tal conteúdo social se manifesta, por um lado, através da inferência na prática pedagógica **nas escolas** da região semiárida, propondo e desenvolvendo um processo de contextualização do processo de ensino e aprendizagem. É uma reinvenção pedagógica que prevê o envolvimento da comunidade escolar, articulando os conteúdos curriculares com a vida cotidiana e a realidade local. O objetivo é despertar uma sensibilidade pedagógica capaz de reconhecer as potencialidades do Semiárido e possibilitar a construção de novos saberes tecidos com os fios da cultura local.

E, se, por um lado, trata-se de uma luta pela consolidação de uma educação contra-hegemônica; por outro lado, o projeto pedagógico se insere numa proposta política de intervenção e desenvolvimento no Semiárido. A proposta de convivência com o Semiárido é um projeto desenvolvido pelos movimentos sociais, cujo objetivo é propor e implementar práticas e intervenções sustentáveis do ponto de vista econômico, social, ambiental e político para toda a população da região (SILVA, 2003).

Isto demonstra que, além de ser uma rede temática, que foca na ECCSA, existe um outro importante fator de propósito e aglutinação da RESAB, relativo à sua identidade territorial. A finalidade de sua ação é contribuir para um projeto político-pedagógico voltado para o Semiárido, fazendo assim que a relação entre a educação e a convivência revele a natureza territorial da ação social (RESAB, 2008).

A ação da RESAB demonstra a inextricabilidade entre a dimensão pedagógica, cultural e política. A rede tem uma ação voltada para incidir nas políticas públicas, em particular para promover e propor políticas públicas educacionais para o Semiárido e para a convivência. Para tanto, o objetivo é promover uma forma de fazer educação nas escolas que possibilite desconstruir estereótipos acerca do povo e da cultura do Semiárido e construir novas imagens e símbolos da realidade local, uma nova territorialidade, a partir da qual pensar a convivência (CARVALHO, 2007).

Figura 1. Representação dos membros da RESAB



Fonte: elaboração do autor¹

Um dos pilares dessa prática político- pedagógica é a ressignificação simbólica do lugar e da vida no lugar, permitindo passar de um caráter meramente reivindicatório para um movimento portador de uma nova cultura emancipatória. Tal cultura constitui a base para a afirmação de um novo projeto político de intervenção no território. Sintetizando, a prática pedagógica da RESAB possibilitaria uma transformação cultural, que é necessária para a afirmação de qualquer paradigma político.

1 REDE E PERSPECTIVAS IMANENTES

A análise da ação social da RESAB deve necessariamente considerar a sua essência de rede, na medida em que se distingue dos tradicionais aparatos político por sua arquitetura organizativa e seus princípios. Portanto, é esse o ponto de partida para pensar o seu potencial democrático. A

¹ **PIAUI** (Secretaria Estadual de Educação - Seduc, Universidade Federal do Piauí - Ufpi, Universidade Estadual do Piauí - Uespi, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Cáritas, Cooperativa de Produção e Serviços de Tecnicos Agrícolas do Piauí & Associados - Cootapi, Fundação Dom Edilberto Dinkelborg - Funded, Centro De Formação Mandacaru, Mpa, União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime); **CEARÁ** (Cáritas Diocesana de Crateús - CDC, Projeto Dom Helder Camará - PDHC, Escola Família Agrícola Dom Frágoso - EFA, Instituto Federal do Ceará - IFCE, Secretaria Municipal de Educação - SME de Ipaoranga; SME de Tamboril; SME Nova Russas; SME de Independência; SME de Quiterianópolis; Sindicato Dos Trabalhadores Rurais - STTRs de Ipaoranga; STTRs de Tamboril; STTRs Nova Russas; STTRs de Independência; STTRs de Quiterianópolis; Sindicato dos professores de Crateús; Movimento Sem Terra – MST; Instituto Bem Viver – IBV; Associação dos agricultores familiares de quintais produtivos de Quiterianópolis - ASFAQ); **BAHIA** (Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Associação Escolas Comunidades Famílias Agrícola - AECOFABA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, Movimento de Organização Comunitária - MOC, Fórum estadual de Educação do Campo - FECC, Rede de Escolas Família Agrícola Integradas do Semi-Árido - REFAISA); **ALAGOAS** (Rede de Educação Contextualizada do Agreste e. Semiárido - RECASA); **PARAÍBA** (Comissão Pastoral da Terra - CPT, Polo Sindical da Borborema, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa -ASPTA, Instituto Frei Beda, MECA, MAE, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Federal da Paraíba -UFPB, Instituto federal da Paraíba - IFPB); **MARANHÃO** (Articulação do Semiárido - ASA, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão - SINTSPCHAP, Secretaria Municipal de Educação de São Luís - SEMED); **SERGIPE** (CÁRITAS, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe - FETASE, MST, Fundação Dom José Brandão de Castro, Centro Sergipano de Educação Popular - CESEP); **MINAS** (Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Cáritas); **PERNAMBUCO** (Centro Sabiá, Chapada e Caatinga, Sertã, Secretaria Municipal de Educação de Petrolina, Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ); **RIO GRANDE DO NORTE** (Carnaúba Viva; Secretaria de Meio Ambiente; EMATER; Inkra, UERN-Assu, Secretaria de Educação- Assú).

modernidade pode ser analisada e interpretada a partir de duas alternativas inconciliáveis, que determinam modos de ver e de explicar o mundo, assim como pensar e gerar mudanças: a transcendência e a imanência.

Autores clássicos (HOBBS, 1985; ROUSSEAU, 1999) reconhecem a transcendência soberana como única forma de governar e instituir a ordem mediante a mediação e a representação da vontade da maioria. O mecanismo da soberania hobbesiana opera uma separação entre o sujeito e o exercício da potência, na medida em que reduz a potência de muitos ao poder de poucos. Na contemporaneidade isto é praticado e legitimado no exercício da democracia representativa. A ideia de soberania é fundada, portanto, no exercício de um poder absoluto (HOBBS, 1985; BODIN, 2011) e da autoridade por parte “da cabeça” que, na tradição política, é representada pelos órgãos estatais representativos.

O mecanismo político que possibilita o exercício da soberania nas sociedades contemporâneas é o princípio da representatividade. A ideia de representatividade significa que as deliberações e decisões políticas, que dizem respeito à coletividade, são tomadas por representantes eleitos. Indivíduos, ou cidadãos, elegem seus representantes e lhes delegam os poderes para tomar decisões, legislar e administrar em seu próprio nome. Opera, assim, uma *civitas* (HOBBS, 1985), um corpo político que transcende a individualidade dos cidadãos, na medida em que “eu [como cidadão] autorizo e entrego meu direito a me governar, a este homem, ou a esta assembleia de homens, sob esta condição, de que tu entregues teus direitos a ele, e autorize todas suas ações da mesma maneira” (HOBBS, 1985, pg. 227). O resultado é que numa democracia representativa a maioria das instituições políticas funciona segundo essa lógica, a partir dos partidos, conselhos municipais até o parlamento.

A ideia de representatividade levanta algumas importantes questões: as eleições esgotam o processo de participação cidadã e os procedimentos de representação esgotam a representação dos diferentes interesses e demandas?

Boaventura Santos e Leonardo Avritzer (2002c) explicam essa impossibilidade ressaltando que a democracia representativa garante somente uma democracia “de baixa intensidade baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata” (SANTOS e AVRITZER, 2002c, pag. 32). Isto significa que, segundo os autores, o princípio de representatividade limita a participação cidadã e não garante a representação das diferenças, viabilizando e priorizando os interesses de poucos.

Existe um conjunto de elementos e dinâmicas do sistema político contemporâneo, que a RESAB identifica, revelando “a baixa intensidade” da democracia contemporânea. O clientelismo, o patrimonialismo e o oligarquismo são elementos que a RESAB reconhece e critica no funcionamento do sistema político no Nordeste, e a partir dos quais tenta se propor como um novo sujeito político, fundado em princípios e valores de organização diferentes².

Questiona-se a capacidade democrática de um corpus político transcendente (NEGRI, 2012), na capacidade de responder às demandas e exigências da população (SANTOS, 2002). Frente o vazio do projeto democrático contemporâneo, os movimentos sociais com sua ação cotidiana criam, constroem e produzem as sementes para uma nova concepção imanente de democracia (NEGRI, 2012). Abrem brechas na cultura política e carregam novos significados culturais e políticos em sua

² Participação observante 3, assembleia anual de 2014, 23-24/04/2014, Maceió, Alagoas.

práxis, transformando as práticas sociais e os modos de participação política. Mas de que forma e segundo quais princípios se constitui um *corpus* político imanente?

Existem autores (DELEUZE e GUATTARI, 2002; GRAMSCI, 1975; HARDT e NEGRI, 2000; 2005; EGLER, 2005) que introduzem conceitos que contribuem para constituir uma reflexão política no plano da imanência, que liquida qualquer concepção transcendental, e restaura um plano onde pode ser exercida a potência criativa e constituinte das subjetividades.

Tabela 1. Transcendência e imanência: dois modelos a confronto

Transcendência	Imanência
Representatividade	Participação horizontal
Soberania	Autonomia
Verticalidade	Horizontalidade
Majoria	Diferenças
Afiliação	Abertura
Divisões	Transversalidade

Fonte: elaboração do autor

Retomando as características apresentadas na tabela 1, é preciso pensar relações políticas que redefinam o exercício de um poder de controle transcendente, que captura as singularidades reduzindo-as a fragmentos que competem entre si e agindo pelo interesse da maioria. Para tanto, é necessário superar os princípios de representatividade e soberania, contrapondo uma lógica inovadora e uma dinâmica criativa, a partir do exercício da participação, da autonomia dos sujeitos e da horizontalidade das relações. Os sujeitos participam e colaboram para a realização de um projeto comum, além da mera expressão do voto.

Assim, supera-se a representação dos interesses da maioria, garantindo o espaço para a representação das diferenças existentes no tecido social. Isto é assegurado também pela superação de divisões binária e afiliações, na medida em que se funda na abertura para a participação e na lógica da inclusão transversal, permitindo que os sujeitos sejam livres de participar e falem por si próprio, não sendo representáveis. Trata-se de um sujeito social múltiplo, que, apesar de suas diferenças, é capaz de agir coletivamente (HARDT e NEGRI, 2005).

Todos esses elementos permitem criar um novo sentido político e modos mais democráticos de se relacionar e agir, criando as bases para um novo modo de fazer política. O conceito de imanência é constituído a partir da potência criativa e combativa dos sujeitos, para que se supere o mecanismo de representação e delegação da vontade dos mesmos (DELEUZE e GUATTARI, 2002). Isso significa dar centralidade e um valor político à ação social que vem de baixo, valorizando o sujeito e reconhecendo que é na ação social que vive o corpo coletivo porque resiste e na resistência configura a realidade social (NEGRI, 2006). Assim, afirmando-se, o plano de imanência abre espaço para um espaço político que não é mais unicamente o gabinete de partido.

A RESAB age como um *corpus* imanente, capaz de desafiar toda a tradição da soberania? É uma multiplicidade que é capaz de agir em comum e de se governar?

É importante lembrar que a mera organização e ação em rede não garante que seja democrática e imanente, mas, na medida em que representam uma nova realidade, é relevante investigar os potenciais e os limites da mesma. Portanto, faz-se necessária uma análise da forma como a RESAB

opera como rede, na tentativa de compreender as relações entre seus membros, a capacidade de agir em comum e o princípio de integração transversal.

2.1. INTERAÇÃO E CONECTIVIDADE

Os membros da RESAB pertencem a instituições de mais variada natureza e em estados diferentes, mas se unem em **rede** para expressar um determinado vínculo social entorno de uma causa **comum**. Essa união é impulsionada pela conectividade, que é uma das propriedades morfológicas da rede e ajuda a pensar a rede como um campo de relações, a partir de um conjunto de conexões que a compõem entorno de um objeto e objetivo compartilhado (DIANI, 2003).

A **comunicação** é o processo estruturante da conectividade e da criação de um sistema denso de interações e relações. E, como Martinho (2003, pag. 66) ressalta, “a comunicação e informação é o alimento da rede”. A comunicação permite articular a dimensão **presencial e virtual**, estruturando o tecido conectivo da RESAB (EGLER, 2007; SCHERRER-WARREN, 2011). Tal relação dialógica garante a dinâmica da ação social da rede e a forma como essa multiplicidade social consegue comunicar e agir em comum (EGLER, 2007).

Em relação à comunicação interna, na dinâmica de rede se articulam diferentes momentos presenciais, entre os quais os encontros dos grupos gestores locais, a assembleia anual, os encontros da secretaria executiva e os momentos formativos. Trata-se de espaços deliberativos e executivos, mas também do terreno propício para a criação de vínculos e laços, que representam o elemento vital para o funcionamento da rede (MARTINHO, 2003).

Em cada Estado existem grupos gestores locais, que implementam ações de educação contextualizada principalmente dentro das escolas inferindo nas práticas pedagógicas escolares e, ao mesmo tempo, promovem políticas públicas educacionais para o semiárido nos espaços políticos municipais e estaduais, entre os quais fóruns e Camarás temáticas, conselhos, audiências públicas e conferências temáticas (por exemplo, a Conferência Nacional de Educação -CONAE). A assembleia anual é o principal espaço decisório e de organização da gestão da RESAB. Acontece com frequência anual e reúne representantes dos grupos gestores locais. É um momento de avaliação e planejamento, assim como de definição das estratégias políticas, portanto “não é um espaço onde todo mundo deve participar, pois não é um seminário, mas um espaço de tomada de decisões”³. Por isso, participam da assembleia as pessoas mais participativas e ativas da rede, os elos mais fortes.

Trata-se de um espaço de avaliação e de análise da conjuntura em nível nacional e local, assim como de planejamento político⁴. Durante a assembleia são apresentadas e debatidas questões de relevância nacional, que são consideradas prioridades políticas da rede, mas acontece também um processo de avaliação da ação da rede, mapeando a conjuntura política e o *status quo* em cada estado. A partir disso, são definidos e planejados os encaminhamentos e as ações a serem desenvolvidas enquanto rede em nível nacional, mas, ao mesmo tempo, a contribuição que a rede pode oferecer para abordar determinadas problemáticas em nível estadual e local.

A secretaria executiva representa o “braço executivo” da rede e se reúne com frequência

³ Entrevista 29 – membro secretaria executiva RESAB, 12/9/2016

⁴ Entrevista 29 – membro secretaria executiva RESAB, 12/9/2016

bimestral ou trimestral. É composta por 2 representantes dos estados que têm uma articulação e ação mais forte, isto é, os elos fortes da rede: Bahia, Piauí, Ceará, Alagoas e Paraíba⁵. Tais representantes são eleitos durante a assembleia anual. A secretaria não tem caráter de comando ou deliberação política, mas um papel de agilizador das operações da rede, sobretudo a execução dos encaminhamentos da assembleia anual⁶. Além disso, tem a responsabilidade de organizar as reuniões e os encontros presenciais, representa a rede nos encontros em nível regional e nacional, assim como articular os grupos gestores locais nos estados com menor articulação, isto é, os elos fracos⁷. Isto significa que constitui um órgão executivo.

Coexistem, portanto, momentos presenciais de diferente natureza, que podem contar com a participação de representantes dos Estados da região. E, trata-se, de uma participação que é dificultada, senão impossibilitada, pela extensão territorial, pela falta de tempo e de recursos⁸. Por isso, é necessário articular essa esfera presencial com a dimensão virtual, para que seja garantido o compartilhamento, a informação e interação constante entre os membros (SCHERRER-WARREN, 2011). Isto evita que se consolidem elos sempre mais fortes e conectados, que, participando com mais regularidade, ganham importância e influência política, e elos cada vez mais fracos, com uma participação, um conhecimento e influência sempre menor. Os momentos presenciais, as decisões tomadas na assembleia anual, a ação da secretaria executiva, assim como as experiências desenvolvidas localmente devem ser articuladas com a dimensão virtual, para que todos possam ser informados, participar e construir coletivamente.

Na RESAB a dimensão virtual se refere principalmente ao uso do telefone, grupo email e do whatsapp⁹. O telefone e o grupo email são utilizados para comunicações operacionais, no que se refere à organização dos encontros presenciais, à participação em espaços políticos nacionais, à divulgação dos relatórios da assembleia nacional e das reuniões da secretaria executiva. É gerido pela secretaria executiva e tem um caráter operacional e informativo, de natureza individual e que não permite um nível elevado de interação¹⁰.

O grupo whatsapp, criado em julho de 2015, substituiu a página facebook, que não estava sendo amplamente utilizada. Ao contrário, o grupo whatsapp é bastante ativo, prevendo comunicações diárias. Analisando as conversas dos meses de junho, julho e agosto de 2016 foi possível compreender que se trata de um espaço de discussão sobre a situação política, mas também de compartilhamento das atividades políticas e pedagógicas da rede.

Assim, enquanto as comunicações mais operacionais são geridas pela secretaria executiva, o grupo whatsapp, onde acontecem os processos de discussão e compartilhamento virtual, conta com a participação de 40 pessoas, contando com a participação ativa de 15 pessoas¹¹. Trata-se no núcleo duro da rede, isto é, os membros que participam reiteradamente das discussões, dos encontros nacionais e da secretaria executiva. Assim, o grupo whatsapp não inclui a totalidade dos membros, permanecendo um espaço comunicativo restrito.

A comunicação virtual da RESAB está, assim, concentrada nas mãos da secretaria executiva e dos elos fortes. Isto gera uma desconexão, na medida em que a informação e as discussões não

⁵ Participação observante 4 – reunião secretaria executiva da RESAB, 07/10/2014

⁶ Participação observante 4 – reunião secretaria executiva da RESAB, 07/10/2014

⁷ Relatório reunião secretaria executiva da RESAB, 07/10/2014

⁸ Entrevista 8 – ex membro RESAB e professor UNEB, 09/10/2014

⁹ Entrevista 29 – membro secretaria executiva RESAB, 12/9/2016

¹⁰ Entrevista 29 – membro secretaria executiva RESAB, 12/9/2016

¹¹ Whatsapp, grupo RESAB, Julho de 2016

acontecem livremente com a plena participação de todos os membros. Por isso, muitos membros de grupos gestores locais não mostram conhecimento dos acontecimentos que envolvem as ações da RESAB em nível regional¹². Assim, quando a comunicação não flui, não há uma dinâmica plena de rede e diminuem as possibilidades de alcançar o pleno potencial em termos de organicidade e coesão (HANNEMAN, 2002).

1.2 HORIZONTALIDADE

A conectividade, como princípio organizativo da rede, determina potencialmente uma maneira de operar horizontal, que confere propriedades morfológicas de não linearidade, extensão multidirecional e rizomática, segundo um processo pelo qual “a rede produz horizontalidade e a horizontalidade produz a rede” (MARTINHO, 2003, pag. 17).

A ideia de horizontalidade significa diminuir a relevância de centros identificáveis, identificando uma forma descentralizada de operar e organizar, que potencialmente reduz a vulnerabilidade à ameaça de repressão e dominação (CASTELLS, 2013). Esses tipos de propriedades influenciam o modo de operar e se organizar, e vice-versa, determinando uma forma organizativa potencialmente sem hierarquias e auto-organizada. E, apenas através da operacionalização da horizontalidade é possível garantir a ação colaborativa.

Produzir em comum se baseia numa dinâmica de reajuste recíproco e de co-produção de todos (NEGRI, 2012). A rede deveria, assim, constituir-se como um novo sujeito político, sem um único governo e capaz de organizar esse comum. Isto exige modos e formas de gestão diferentes das formas tradicionais de organização, possibilitando processos decisórios e operacionais inovadores, institucionalizando o comum como conteúdo de um governo colaborativo resultado de um processo de "deshierarquização".

Como isto se realiza na RESAB?

A forma como as decisões acontecem na rede permitem avaliar o nível de participação no processo decisório, de que forma é criado o consenso e, em geral, se está se constituindo uma gestão em comum. Para tanto, na medida em que as instâncias decisórias na RESAB são fundadas num princípio de representatividade, é fundamental compreender como acontece o processo de delegação, representação e compartilhamento.

Na assembleia nacional o princípio é garantir a participação de representantes de todos os Estados, segundo um esquema de delegação de poder. Geralmente o critério é garantir a participação das pessoas mais envolvidas e com uma participação ativa no processo¹³. Além disso, durante a assembleia entre os participantes são eleitos os membros da secretaria executiva¹⁴, portanto a dinâmica de representação e delegação na assembleia anual determina também a composição de tal órgão executivo.

É importante caracterizar tal dinâmica, sobretudo em relação à variável da rotatividade. Esta possibilita compreender de que forma acontece o processo de representatividade e,

¹² Participação observante 8 – reunião grupo gestor local da RESAB

¹³ Entrevista 29 – membro secretaria executiva RESAB, 12/9/2016

¹⁴ Participação observante, assembleia anual de 2014, 23-24/04/2014, Maceió, Alagoas.

consequentemente, de descentralização. Na RESAB, por um lado, é garantida a rotatividade dos encontros presenciais em diferentes Estados, como a assembleia anual, e da sede da secretaria executiva¹⁵. Esse é um dos princípios, embora exista uma tendência a fazer assim que os Estados com uma articulação mais forte predominem nessas duas esferas, como, por exemplo, a Bahia e a Paraíba.

Por outro lado, não existe um sistema de delegação rotativo em nível estadual, isto é, não existem regras que garantam uma representação rotativa dos membros do grupo local na assembleia ou na secretaria¹⁶. Assim, existem algumas pessoas que participam assiduamente e com frequência em todos os encontros presenciais. E são os mesmos que com mais probabilidade se tornam também os membros da secretaria executiva, na medida em que estes são eleitos durante a assembleia anual.

Esses membros podem ser considerados os elos fortes da rede (SCHERER-WARREN, 1999; EGLER, 2007) ou hiperconectores (BARABÁSI e BONADEAU, 2003). Isto não necessariamente caracteriza uma tendência à centralidade, na medida em que nas redes sempre existem nós que são mais conectados, participam e se envolvem mais (BARABÁSI e BONADEAU, 2003). O problema surge quando esses elos fortes ou hiperconectores permanecem os mesmos, favorecendo o surgimento de uma hierarquia.

Na RESAB a falta de um sistema de rotatividade possibilita que os elos fortes participem dos encontros presenciais, tomem as decisões e as implementem operando na secretaria executiva, acumulando informações, conhecimento e experiências. Isto confere poder e cria um círculo vicioso de empoderamento. Isto permite acumular poder de saber, de decidir, de se relacionar com o poder público em nome da rede e de se tornar uma pessoa de referencia da rede, dominando de alguma forma o cenário de sua ação social.

A partir dessas considerações é possível reformular a representação da rede como na figura 4, destacando os nós da rede que definimos de elos fortes. A pesquisa possibilitou destacar os seguintes elos fortes: a Universidade Federal do Piauí, a Secretaria Estadual de Educação do Piauí; a Cáritas Diocesana de Crateús no Ceará; a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande; a Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semiárido em Alagoas; a Universidade Estadual da Bahia, o Movimento de Organização Comunitária e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.

A criação e manutenção de elos fortes é acentuado, senão determinado, pelo fato que o processo e a gestão comunicacional da rede não garantem um alto e extenso nível de participação dos membros da rede. A comunicação não possibilita uma temporalidade imediata e uma interação ampla e frequente, na medida em que a comunicação mais operacional é gerida pela secretaria de forma unidirecional e o whatsapp, onde acontecem as trocas e as reflexões, envolvem um número limitado de membros, que podemos identificar com os elos fortes. Isto contribui para a concentração de poder nas instâncias intermediárias e seus representantes.

Figura 4 – Representação dos elos fortes

¹⁵ Grupo focal 5 – assessores SME , 23/11/2015

¹⁶ Entrevista 1 - membro RESAB e professor, 15/3/2014

1.3 AUTONOMIA

De todo modo, existe outra variável, que ilumina a ação da RESAB e relativiza os obstáculos identificados para a realização de uma plena horizontalidade. Trata-se da autonomia, entendida como a capacidade de um sujeito ou um grupo de definir as próprias regras, modos de operar e princípios (CASTORIADIS, 1988).

Podemos dizer que a autonomia se refere a duas dimensões. A primeira, em relação à prática difusa, ou seja, a prática segundo a qual cada integrante ou grupo toma as próprias decisões e apreende ações, independentemente da consulta ao grupo (MARTINHO, 2003). Os membros ou grupos gestores locais da RESAB tem plena autonomia em pensar e implementar práticas educacionais dentro e fora das escolas, assim como de desenvolver ações de diálogo e negociação com o poder público¹⁸. A RESAB opera, assim, como uma somatória de ações simultâneas diferenciadas dos diferentes grupos locais, caracterizando uma estrutura organizacional policéfala (MARTINHO, 2003). Isto permite que se dilua o poder, mas ao mesmo tempo se fortaleça a ação de cada grupo quando o poder da rede converge para o grupo que age em nome da rede.

A segunda importante dimensão da autonomia prevê que as conexões aconteçam de forma não previsível e linear. Nas organizações de tipo vertical a autonomia é um requisito de entrada, mas com dificuldade e muitos limites pode ser exercida depois, definido uma perda de poder pelos indivíduos. Ao contrário, na RESAB existem relações e dinâmicas emergentes que são criadas pela e na prática cotidiana. As relações, as trocas e as atividades entre os membros geram novas ideias, parcerias e ações políticas, segundo uma dinâmica de autonomização da ação difusa em rede.

Mas, além da prática difusa, a RESAB realiza também uma "ação concertada" enquanto rede, por exemplo, na ação em nível regional e nacional, agindo como um corpo só. Podemos considerar a habilidade na realização de uma ação concertada como elemento proporcional ao espírito constituinte da rede.

2.4. TRANSVERSALIDADE: PARA ALÉM DE BINÔMIOS

O plano de imanência, num sistema em que predominam as conexões como princípio organizativo, cria as condições para a superação de limites institucionais, setoriais e delimitações geográficas. Em poucas palavras, cria condições de transversalidade.

Trata-se uma inovação sociopolítica, na medida em que “nossa visão histórica de mudança social esteve sempre condicionada a batalhões bem ordenados, estandartes coloridos e proclamações calculadas, ficamos perdidos ao nos confrontarmos com a penetração bastante sutil de mudanças simbólicas (...) processadas por redes multiformes” (CASTELLS, 1999, pag. 427). Nesse sentido, podemos associar a transversalidade à rede, na medida em que implica na possibilidade de integrar as diversidades, articulando o individual e o coletivo, a identidade e o pluralismo, o local e o global.

A RESAB, além de ter uma grande variedade de instituições membros, é composta também por indivíduos, configurando-se como uma teia de relações entre instituições de diferente natureza e indivíduos. Trata-se de indivíduos que, devido a fatores pessoais, culturais ou profissionais, tem

¹⁸ Entrevista 5 – membro RESAB e coordenadora CDC, 22/3/2014

interesse em participar da rede, independentemente da própria afiliação institucional. Assim, para esses indivíduos participar da RESAB representa a realização de um desejo pessoal, voltado para a construção coletiva e comum. Isto significa dizer que, ao contrário das instituições clássicas, os sujeitos criam o próprio projeto e a própria institucionalidade política, associando-se de forma voluntária e, portanto, segundo princípios que escapam da lógica econômica (MELUCCI, 2001).

Além de associar indivíduos e instituições, a diversidade na RESAB se refere também à variedade das organizações membros. Os membros da RESAB fazem parte de muitas organizações distintas, que atuam em setores e atividades diversas¹⁹. Tal diversidade garante riqueza no debate e na construção coletiva. Possibilita uma discussão interna à rede que envolve a importância da educação para a convivência com o Semiárido, mas também as diferentes perspectivas e experiências de seus membros. É, assim, uma diversidade que permite superar os limites setoriais das políticas, demonstrando que a educação e a convivência com o Semiárido devem ser abordadas considerando os aspectos produtivos e ambientais, de gênero, etnia e raça, e políticos, entre outros. Em poucas palavras, considerando as diversidades.

Outro princípio constitutivo da rede é a composição mista, isto é, a participação de membros da esfera governamental e não governamental. Essa característica da rede comprova como é cada dia mais difícil fixar fronteiras rígidas entre essas duas esferas, na medida em que a constituição de redes oferece um espaço híbrido de partilha de poder e de atuação (CASTELLS, 2013).

O conceito de hibridização faz repensar, também, o papel do “adversário”, na medida em que o poder público é membro da RESAB, segundo uma lógica de inclusão. A importância da dimensão simbólico-cultural faz assim que um dos princípios seja o “trabalhar em conjunto para difundir um novo jeito de fazer, de cooperar e aprender”²⁰. Somente através de uma mudança cultural é possível operar transformações duradouras e para que isso aconteça deve ser vigente uma lógica da inclusão, que envolva também os responsáveis para a elaboração e a implementação das políticas públicas. Essa é uma das dimensões que refletem o valor cultural do comum, entendido como uma nova forma de produzir e colaborar (2003).

Ao mesmo tempo em que coexiste essa diversidade, os contornos da rede são constantemente móveis, na medida em que a dinâmica constituinte da rede é a conexão. Isto define um campo de relações complexas, que obriga a repensar constantemente os contornos da sua ação e seus limites. Na RESAB novos membros podem se associar aos grupos locais, assim como novos grupos locais podem ser criados. Assim, a rede representa um novo sujeito político aberto e abrangente das diversidades, ao contrário de qualquer institucionalidade política clássica.

Se, por um lado, a ação em rede da RESAB garante um equilíbrio entre singularidade e pluralismo, individual e coletivo, permitindo abordar e satisfazer a noção de diversidade; por outro lado, expressa também uma identidade fortemente constituída. Na RESAB a multiplicidade se entrelaça numa mesma totalidade com a noção de identidade. Tal identidade é constituída pelo sentido da sua existência e da sua ação social, na medida em que é uma comunidade de propósitos com um objetivo comum (CASTELLS, 1999). Estas incluem a elaboração de uma política pública educacional inclemente e contextualizada no Semiárido, a defesa de uma educação com base nos princípios da convivência e voltada para um projeto de desenvolvimento sustentável no Semiárido²¹.

¹⁹ Entrevista 11 – membro IRPAA, 10/10/2014

²⁰ Visita escola 2 – Curaça, Bahia, 08/10/2014

²¹ Carta de Princípios da RESAB

A proposta de ECCSA é, portanto, o elemento que garante a coesão na pluralidade. O comum é o que faz o papel de coordenação e estímulo tradicionalmente desempenhado pelo comando e controle centralizado, e pela coerção hierárquica. Isto mantém a coesão entre os membros, une as diversidades e as singularidades (LIPNACK e STAMPS, 2004).

Além da articulação entre o individual e o coletivo, entre identidade e pluralismo, a transescalaridade se materializa também na estrita relação entre o global e o local. Nesse sentido, podemos definir a ação da RESAB como transescalar, na medida em que articula diferentes níveis estratégicos e territoriais no exercício de sua ação sociopolítica. Os membros da RESAB exercem uma ação cotidiana em nível local nos municípios, articulam-se politicamente em nível de fóruns e redes e se mobilizam através de marchas e campanhas nacionais.

A articulação de tais níveis reorganiza espacialmente a ação social da RESAB, através de um processo de desterritorialização e reterritorialização (MUSSO, 2013). Cria-se um novo espaço ampliado, que articula a organização de base com outros níveis de articulação política. Isto permite garantir um diálogo entre as experiências concretas de base com instâncias políticas em nível local, estadual, regional e nacional, articulando ações desenvolvidas na vida cotidiana com as discussões de políticas públicas.

A transversalidade, com sua intrínseca superação de binômios, possibilita um movimento de desconstrução das tradicionais dicotomias e a articulação de dimensões que são tradicionalmente distintas e separadas. Na composição da RESAB se articulam e se unem o individual e o coletivo, o pluralismo e a identidade, o local e o global, caracterizando uma nova institucionalidade política.

A partir da análise dos elementos que caracterizam e limitam a prática imanente da RESAB, quais são as consequências para a definição de uma nova democracia?

2. NOVOS CAMINHOS DEMOCRÁTICOS: CONSTITUINTE OU CONSTITUÍDO?

Podemos pensar o potencial democrático da RESAB a partir de sua ação imanente e da capacidade de reorganizar as relações de poder, definindo seu poder constituinte. Por um lado, de forma criativa manifesta resistência ao “velho” poder; por outro lado, constrói um novo que liberta (GOHN, 2011). O poder constituinte da rede é definido a partir das transformações sociais, culturais e políticas que são proporcionadas enquanto nova institucionalidade política (SCHERRER-WARREN, 2011; BRINGEL e ECHART, 2008). Representa, então, o poder que todos os membros da RESAB têm de transformar a realidade educacional e contribuir para um projeto político de convivência.

Embora qualquer obstáculo para a horizontalidade diminua a capacidade de cooperação e ação em comum, isto é parcialmente equilibrado pelo fato que os grupos gestores locais tem plena autonomia, são abertos e se relacionam entre eles.

Além da aprendizagem de natureza social e ética, a RESAB é responsável por uma importante inovação teórica e epistemológica, na medida em que elabora, a partir das experiências pedagógicas no Semiárido, uma teoria de educação contextualizada. Trata-se de uma teoria

construída, fazendo emergir, juntando e compartilhando discursos e experiências educacionais contra-hegemônicas. É uma inovação por essência imanente, que emerge.

A RESAB é ativamente envolvida na construção teórica, assim como na difusão, de tal produção discursiva. Por isso, criou 12 cursos de especialização em educação contextualizada na Bahia, no Piauí, na Paraíba e no Ceará, assim como desenvolveu o próprio selo editorial para publicar artigos sobre educação no Semiárido²². Atualmente a RESAB conta com 7 livros publicados. Isto afirma a vontade da rede de afirmar a própria experiência e divulgar sua inovação epistemológica.

A construção desses pressupostos teóricos e discursivos constitui uma estratégia política, voltada para operar uma produção discursiva e uma transformação de tipo cultural. E, operar uma transformação cultural significa, também, apostar na relação inextricável entre saber e poder (FOUCAULT, 1979), pois produzir e divulgar um discurso significa penetrar nas tramas da sociedade, transformando sua cultura. Tudo isso determina uma cultura específica da rede, que constitui o instrumento que pode provocar transformações culturais e, conseqüentemente, políticas (BOURDIEU, 2006; MARTINHO, 2011).

E, partindo da enunciação discursiva da RESAB, com suas conotações simbólicas, constitui-se um campo sociopolítico, que constitui o terreno onde se definem o sentido e as ações concretas da ação social, assim como a estratégia em relação ao PODER CONSTITUÍDO, ao “velho que oprime” (GOHN, 2011).

Em relação ao constituído, a rede atua no sentido de influenciar e transformar as instituições políticas tradicionais e suas políticas públicas (SCHERRER-WARREN, 2011; BRINGEL e ECHART, 2008). Tais instituições mesclam hierarquias e verticalidades, provocando sistemas burocráticos e patrimonialistas. E, segundo Moura (1997), as redes, como arranjos organizacionais, indicam o esgotamento da capacidade de gestão das instituições representativas, da capacidade de planejar das instituições burocráticas e centralizadas.

Primeiro, a RESAB amplia os espaços de participação, articulando diferentes níveis políticos e constituindo uma institucionalidade política regional. “A criação da rede nos dá maior força política, nos torna mais importante e influentes politicamente”²³. Ao mesmo tempo, consegue fortalecer a própria influência e incidência, na medida em que define um novo contexto relacional, no qual atores governamentais e não governamentais entram em sinergias. A diversidade, sobretudo relativa à característica sociogovernamental, realiza intencionalmente um princípio político, assim como possibilita uma inovação organizativa e política²⁴.

Isto configura uma nova relação política e a possibilidade de ter um maior peso político nas políticas públicas, promovendo sinergias e convergências entre as duas esferas (EVANS, 1996). No município de Crateús, por exemplo, a participação do Instituto Federal do Ceará no grupo local da RESAB criou a possibilidade de fundar um curso em educação contextualizada²⁵. Da mesma forma, no Piauí, a coordenadora do Projeto Mais Viver da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) é membro da RESAB e defende a realização de ações de educação contextualizada na SEDUC²⁶. Isto, não somente, amplia os espaços de participação, mas também amplia o espaço de afirmação e implementação da ECCSA.

²² Entrevista 6 – membro RESAB e professora UNEB, 07/10/2014

²³ Entrevista 1 - membro RESAB e professor, 15/3/2014

²⁴ Participação observante 3, assembleia anual de 2014, 23-24/04/2014, Maceió, Alagoas.

²⁵ Participação observante 8 – reunião grupo gestor local da RESAB

²⁶ Participação observante 1 – intercâmbio interestadual da RESAB (Piauí, Bahia e Ceará), 12 e 13/3/2014

Em termos de representação e participação oficial em espaços decisórios políticos, em nível nacional a RESAB tem representantes na Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC) do Ministério da Educação, no Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), no Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Instituto Nacional do Semiárido (INSA) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). A RESAB é também articulada com outras redes, como a Articulação do Semiárido (ASA), que atuam em favor da aprovação da Política Nacional de Convivência com o Semiárido. O objetivo é se inserir na maioria dos espaços políticos para que a educação contextualizada se torne uma política pública e seja uma temática transversal nas políticas no Semiárido.

A maior participação e representação em espaços políticos aumenta o reconhecimento político da rede. Assim, a RESAB é convidada para a execução de atividades formativas em programas como, por exemplo, "Água, banheiro e cozinha em todas as escolas do Semiárido", realizado pelo UNICEF entre 2013 e 2016. Da mesma forma, a RESAB participou da preparação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil).

Em termos de formulação ou controle social das políticas públicas, os resultados da ação sociopolítica da RESAB podem ser observados de forma transescalar em nível nacional, estadual e local. Em nível municipal são observáveis resultados concretos em termos de aprovação de projetos de lei, como a Lei municipal de educação contextualizada no município de Tamboril e Iporanga no estado do Ceará, e no município de Curaça na Bahia. Em 3 municípios do Ceará implementaram a educação contextualizada em todas as escolas municipais e em outros municípios adotaram nas escolas o livro didático produzido pela RESAB, "Conhecendo o Semiárido I e II". Em geral, a pesquisa revelou que a RESAB conseguiu resultados mais importantes em nível municipal.

Alguns dos resultados em nível municipal dependem da ação rizomática da RESAB, na medida em que molda subjetividades. Essas subjetividades quando, por exemplo, se tornam gestores públicos têm uma maior sensibilidade e interesse em incluir a ECCSA na pauta governamental²⁷. O envolvimento e o conhecimento da proposta pedagógica alternativa sensibiliza os gestores municipais, aumentando a probabilidade que se comprometam com a implementação da ECCSA nas escolas, assim como com a elaboração de políticas públicas educacionais contextualizadas. Por isso, não surpreende que uma boa parte dos gestores públicos envolvidos na educação contextualizada vem de uma formação ligada à educação popular ou à educação contextualizada²⁸.

Isto demonstra que a ação social da RESAB é constituída, também, por dinâmicas que se desenvolvem no cotidiano e envolvem o lado subjetivo, não se esgotando em si mesma. Por isso, é possível identificar todo um conjunto de efeitos multiplicadores, que não são planejáveis e previsíveis, encontrando-se na dimensão do incalculável. Novos grupos da rede se criam, novas relações com a esfera governamental e novas aberturas para a ação social da rede. Isto é resultado da dinâmica das conexões, do caráter formativo da ação social e do envolvimento de dinâmicas com fortes conotações subjetivas.

CONCLUSÃO

²⁷ Entrevista 16 – membro grupo gestor da RESAB e professora, 16/11/2015

²⁸ Entrevista 15 – Secretária e vice-secretária municipal de educação, 24/3/2015

Podemos concluir que a relevância do poder constituinte da RESAB é inegável. Proporciona ao sistema político atual inovações culturais, sociais e políticas, “de baixo para cima”, a partir da experiência e da construção de um projeto comum por parte de seus membros. A dinâmica da conexão, a autonomia e flexibilidade de cada grupo, a sinergia entre esfera governamental e não governamental, e a colaboração são os elementos que caracterizam uma ação social nova, inovadora e que por isso merece ser explorada, estudada e incentivada. É aqui que se encontram as sementes da futura democracia. Uma democracia *por vir*, na medida em que a rede é um constante processo de aprendizagem ética, centrado no compartilhamento e na ação em comum, que constituem valores fundamentais para a construção de um novo campo ético-político (GOHN, 2011).

Estamos nos referindo a uma concepção de democracia que não é o governo de “uno”, mas a “democracia do múltiplo”, do conjunto de processos múltiplos que constituem o comum (NEGRI, 2012a). Esse constitui o tipo de democracia, que pode se realizar e efetivar no plano da imanência. A manifestação imanente da RESAB, como vimos, perpassa pela construção coletiva de um projeto político, pela abertura, assim como pelas conexões potencialmente infinitas. Embora o processo comunicacional não permita realizar plenamente o potencial da ação em rede, a RESAB se diferencia das instituições políticas tradicionais, na medida em que é uma institucionalidade mais fluida, articuladora das diversidades e por natureza transversal. Todos podem participar, colaborar e avançar propostas. Isto possibilita inúmeras inovações sociais, a partir da participação dos sujeitos, que traçam caminhos para intervenções mais democráticas no território.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODIN, J. *Os seis livros da república*. São Paulo: Ícone, 2011.

BRINGEL, B.¡; ECHART, E. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras". *Cad. CRH*, v.21, n.54, Salvador, Sept./Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300004
Acesso em: 15/04/2016

CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARVALHO, L.D. As representações políticas e geográficas sobre o Semi-Árido Brasileiro e o planejamento e gestão territorial. In: RESAB (Org.), *Currículo, contextualização e complexidade: elementos para pensar a escola no Semi-Árido*. Jazeiro/BA: selo editorial RESAB, 2007.

CARVALHO, L.D. *Natureza, território e convivência*. Jundá: Paco Editorial, 2012.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. Ed. Paz e Terra. 2000.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

- CASTORIADIS, C. Pouvoir, politique, autonomie. In *Revue de Métaphysique et de Morale* 93e Année, No. 1. Paris: Presse Universitaires de France, 1988.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 1995
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- DIANI, M. Networks and Social Movements: A Research Programme. In: Diani, Mario & McAdam, Doug (Org.) *Social Movements and Networks -Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2003.
- EGLER, T.T.C. *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.
- EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. *World Development*. Vol. 24, Nº 6, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GOHN, M. DA G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> Acesso em: 25/07/2015.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Turim, Einaudi, 1975.
- GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida /S.P: Idéias & Letras, 2004
- HANNEMAN, R. A. Propiedades básicas de las redes y de los actores. In: HANNEMAN, R. A. Introducción a los métodos del análisis de redes sociales. Departamento de Sociología de la Universidad de California Riverside, 2002b. Cap. 5. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Cap5.pdf> Acesso em: 30/04/2016.
- HARDT, M. e NEGRI, A. *O império*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARDT, M. e NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARDT, M. e NEGRI, A. *Commonwealth*. Cambridge, Massachusetts: the Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- HOBBS, T. *Leviathan*. London: Penguin, 1985.
- JOHNSON, S. *Emergence: The Connected Lives of Ants, Brains, Cities, and Software*. Boston: Scribner, 2002.
- LIPNACK, J. e STAMPS, J. *Rede de informações*. São Paulo: Makron Books, 1994.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Polis, Petrópolis, 1984.
- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n.1, p. 71-81, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf> Acesso em: 30/12/2014.

- MARTINHO, C. Para uma noção de campo sociopolítico. In: MARTINHO, C. e FELIX, C (org.). *Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.
- MARTINS, J.da S. Tecendo a rede. Notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no semi-árido brasileiro e outras exceções. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente - Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Secretaria de Recursos Hídricos. PAN-Brasil: Programa de ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca*. Edição comemorativa 10 anos da CCD - Brasília: MMA/SRH, 2004.
- MOURA, S. A construção de redes públicas na gestão local: algumas tendências recentes. *Revista de Administração Contemporânea*. ANPAD, v.1, n.1, jan/abr, 1997.
- MUSSO, P. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. (org.), *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- NEGRI, A. *Fabrique de porcelaine*. Pour une nouvelle grammaire du politique, Paris, Stock, 2006.
- NEGRI, A. *Il comune in rivolta. Sul potere costituente delle lotte*. Verona: Ombre Corte, 2012.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 2002, 237-280.
- SANTOS, B. e AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In Santos, B. de S. (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In: _____. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, p. 21-30, 1999.
- SCHERER-WARREN, I. Redes da sociedade civil: *advocacy* e incidências possíveis. In: MARTINHO, C. e FELIX, C. (org.), *Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011, pag. 65-86.
- SILVA, R. M. A. Da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez, 2003.
- TOURAINÉ, A. Rencontre avec Alain Touraine. Entretien avec Jean-François Dortier et Patrick Maret. *Mensuel*, n. 42, août, 1994. Disponível em: <<http://www.ac-corse.fr/disciplines/vscienceseco/Atour1.html>>. Acesso em: 25 maio 2016.